

in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1998, pp. IX-XXII

PREFÁCIO

ABANDONO DE CRIANÇAS, IDENTIDADE E LOTARIA: REFLEXÕES EM TORNO DE UM INVENTÁRIO

*Isabel dos Guimarães Sá**

“Se assim era, então entrara no jogo, como aliás já entrara com os seus escritos e actos; não saíria do labirinto senão no fim dos tempos.”⁽¹⁾

Este breve ensaio contempla duas partes distintas; na primeira parte começarei por resumir em traços largos o fenómeno do abandono legal de crianças no Mundo Ocidental desde a Antiguidade ao século passado. Este itinerário por mais de mil anos de história da infância abandonada terá de ser forçosamente parcial, e destina-se a inserir o caso de Lisboa num contexto geral, de forma a frisar que o abandono institucionalizado de crianças era banal e generalizado a toda a Europa. Por outro lado, tentarei demonstrar que se trata de um fenómeno que, embora não deixando de fora a Europa protestante, tem maior incidência na Europa Católica. Nas áreas católicas, em especial nas da Europa do Sul, muito poucas pessoas lhe podiam permanecer estranhas ou indiferentes, sobretudo a partir do período iluminista, o que se prende directamente com a argumentação de que usarei na segunda parte deste texto. Nesta, a partir de evidências mais circunstanciais, e com referências ao caso de Lisboa, proporei algumas reflexões sobre as marcas que o abandono de crianças deixou nas sociedades coevas e a forma como as pessoas lhe atribuíram significado.

Antes porém, importa especificar pressupostos que o leitor adivinharia facilmente, mas que ganham em ser definidos à partida e que partem da controvérsia fulcral em torno do papel das crianças da era pré-industrial na economia dos afectos familiares e extra-familiares.

* Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Foi apresentada uma primeira versão deste texto na Fundação das Casas de Fronteira e Alorna no dia 19 de Dezembro de 1997, a convite do seu presidente, o Dr. Fernando Mascarenhas.

⁽¹⁾ Marguerite Yourcenar, *A Obra ao Negro*, Porto, Ed. Inova, s.d. [Gallimard, 1968], p. 290. Esta frase surge num contexto em que o personagem principal da obra, Zenão, considera a possibilidade de ter tido um filho que nunca chegou a conhecer.

Existe um controverso consenso em torno da questão da importância das crianças no mundo pré-industrial: controverso porque os autores não conseguem chegar a um acordo relativamente ao problema de saber se os pais investiam afectivamente nos filhos antes destes passarem os maiores riscos de mortalidade⁽²⁾; consenso, na medida em que existe a opinião geral de que as atitudes perante a criança se alteraram no decurso da Época Moderna e em particular no século XX, quando as cidades do mundo industrial retiraram as crianças da rua e dos locais de trabalho e as inseriram em escolas. Às atitudes perante a criança típicas deste século aplicou Viviana Zelizer a fórmula “emotionally priceless, economically useless” (emocionalmente sem preço, economicamente inúteis), para contrastar o valor emocional que as crianças detêm em relação ao seu valor económico nulo⁽³⁾. A exclusão das crianças do mundo do trabalho, a vivência da sua morte como uma perda irreparável, o aparecimento de sepulturas individuais para crianças nos cemitérios, a noção de que as crianças têm direito a ser felizes e a receber educação, são atitudes e comportamentos que o não-historiador tem dificuldade em admitir como criações de um passado muito recente. A maior parte desses comportamentos desenvolve-se a partir de meados do século XIX⁽⁴⁾, precisamente no momento em que o mundo ocidental põe termo à prática generalizada do abandono anónimo de crianças.

No sistema actual, os pais são os grandes responsáveis pela felicidade dos filhos e pelo seu desenvolvimento, o abandono de crianças é punido pela lei e tornou-se um facto de crónica pela sua raridade. Como exemplo da responsabilização dos adultos pelo “bem-estar” das crianças temos os processos de adopção, que são extremamente complicados e morosos em muitos países do mundo pós-industrial, e que sujeitam a rigoroso escrutínio todos os pais prospectivos. Do outro lado, e como exemplo da valorização das crianças, temos o fenómeno actual da exportação de crianças de zonas do planeta em que estas valem menos para zonas em que são um bem raro: estou a falar da adopção de crianças do Terceiro Mundo que são exportadas principalmente para os Estados Unidos da América e em menor grau para a Europa rica. Numerosos *sites* da Internet documentam esta circulação de crianças: as agências, estatais ou privadas, põem a circular informações detalhadas sobre as crianças que têm em oferta e as respectivas condições de adopção. Qualquer pessoa menos informada poderia argumentar que o mundo actual operou uma comodificação dessas crianças, isto é, as transformou em bens de consumo⁽⁵⁾. Não estou a pretender que essas crianças sejam vendidas no sentido literal do termo: a possibilidade de adoptar uma delas, no entanto, depende fortemente da posição social e do bem-estar económico dos pais, cuja disponibilidade para pagar às agências que se ocupam das transferências de responsabilidade agiliza grandemente os processos de adopção. Portanto, muito provavelmente, o negócio faz-se entre os intermediários e não ao nível dos pais da criança, que, de resto, seriam impedidos de o fazer por toda uma ética em torno do valor da pessoa humana, que não impede, e

⁽²⁾ Alguns autores argumentam que os riscos de morte eram de tal modo elevados que os pais evitavam ligar-se afectivamente aos filhos na primeira infância. Sobre esta controvérsia cf. Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos no Porto no século XVIII*, Lisboa, Gulbenkian, 1995, pp. 7-10.

⁽³⁾ Cf. Zelizer, Viviana, *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*, Nova Iorque, Basic Books, 1985.

⁽⁴⁾ Cf. Luc, Jean-Noel, *L'invention du jeune enfant au XIX^e siècle. De la salle d'asile à l'école maternelle*, Paris, Belin, 1997.

⁽⁵⁾ O conceito de bem de consumo tem aqui um limite: a moderna adopção legal é irreversível: não é possível, a não ser em casos muito especiais, devolver uma criança depois de legalmente adoptada.

aqui está a contradição, que existam agências comerciais de adopção em que o lucro é um objectivo explícito, ou que a corrupção no interior dos organismos públicos “privatize” serviços. A par de um negócio florescente, existe também uma vertente legível e transparente da adopção: fichas individuais de crianças deficientes, com informação concisa acerca das suas deficiências físicas e mentais, são postas a circular na Internet, aumentando dessa forma a possibilidade de virem a ser adoptadas. Todos estes indícios apontam para uma comodificação das crianças: por comodificação entendo a transformação de crianças em bens transaccionáveis (ver nota 5), que o olhar incauto e historicamente ignorante poderia considerar como um fenómeno recente e próprio da contemporaneidade. No entanto, muito antes dos catálogos de crianças na Internet, as crianças já eram bens de troca, embora sob outras formas. Falarei de uma delas, o sistema do abandono legal de crianças.

I Parte - O abandono de crianças na longa duração

Vou começar por focar o abandono de crianças na longuíssima duração, dividindo o período abordado em duas fases. Esse período engloba o abandono enquanto facto social aceite pelas comunidades e estende-se da Antiguidade Clássica até à segunda metade do século XIX, quando se começaram a criar dispositivos que vedavam às pessoas a capacidade de abandonar crianças anónimamente. A primeira fase contempla um período que se estende desde a Antiguidade até meados do século XVII, em que o abandono existia, era legal, mas não era um fenómeno de massas. Em seguida, relativamente à segunda fase, falarei do período Iluminista, que representa uma explosão do fenómeno por toda a Europa, onde adquire proporções gigantescas que se prolongam por boa parte do século XIX.

Relativamente à Antiguidade, basear-me-ei no livro de um historiador americano chamado John Boswell⁽⁶⁾. Intitulou o seu livro “The kindness of strangers” (A bondade dos estranhos) porque no seu entender esta expressão caracterizava o sistema de abandono vigente: a pessoa que queria abandonar depositava a criança num local onde tivesse a certeza de que esta era prontamente recolhida. Sob esta forma, o abandono era legal desde que não colocasse a vida da criança em perigo; em contrapartida, o infanticídio, quando se pudesse comprovar a vontade de o suprimir, era severamente punido porque era considerado crime de homicídio. Grosso modo, podemos dizer que foram estes princípios jurídicos (para além de outros que aqui não menciono) que o direito medieval e mais tarde o do período moderno herdaram do direito romano, como de resto muitos outros respeitantes ao direito de família. Abandonada a criança, esta era recolhida por um estranho, que se proftificava a criá-la ou a dá-la a quem a criasse. A par disso, existia tanto na lei como na prática uma grande versatilidade no sentido de incorporar indivíduos não originários do mesmo “sangue” como membros plenos da família. Dessa forma, a “bondade dos estranhos” socorria essas crianças, posteriormente integradas mais ou menos plenamente na família. Embora a prática pudesse andar longe dessas intenções, o direito romano previa que uma criança abandonada de origem escrava adquirisse a liberdade (princípio que também passou à Europa Moderna). Boswell foi um pouco criticado por apresentar uma visão cor-de-rosa do abandono por

⁽⁶⁾ Boswell, John, *The kindness of strangers. The abandonment of children in Western Europe from Late Antiquity to the Renaissance*, Londres, Allen Lane, 1988.

historiadores que se debruçam sobre períodos posteriores⁽⁷⁾, sobretudo os do período moderno, em que dificilmente se poderia apresentar o abandono de crianças como “benigno” ou testemunhando qualquer tipo de generosidade para com estranhos, devido à sua escala numérica monumental. Boswell apresentou o fenómeno na Antiguidade essencialmente como um fenómeno de escala reduzida: se o era ou não, não o saberemos, porque faltam as fontes. Retenhamos apenas que era frequente e banal, mas não suficientemente significativo em termos numéricos para suscitar a criação de instituições dedicadas a receber e fazer criar estas crianças: dizia respeito apenas a indivíduos particulares sem mediação institucional.

Na Alta Idade Média, o abandono de crianças continuou a verificar-se nestes parâmetros, o que de facto indica que não era ainda um fenómeno de massas. Pôs-se em marcha outro sistema, o da *oblatio*, que consistia em oferecer os filhos a um mosteiro para serem criados por monges sem qualquer controle parental posterior à oferta. Dádiva que assumia o carácter de acto religioso ou oferta sacrificial: ofereciam-se filhos para servir Deus. No entanto, este sistema constituía um dispositivo eventual para as famílias se descartarem de crianças excedentárias⁽⁸⁾. A figura do hospital de expostos, geralmente ainda não independente de estruturas hospitalares mais abrangentes - os expostos entravam no meio de doentes, velhos e pobres - apareceu na Baixa Idade Média, em que o fenómeno provavelmente aumentou, mas conservou ainda fraca amplitude. Os mais antigos hospitais que acolheram expostos são o de Santo Spirito di Saxia em Roma, que fazia parte do hospital geral com o mesmo nome, a que se seguiram outros hospitais em Itália e no resto da Europa Ocidental⁽⁹⁾. Eram no entanto estruturas destinadas a acolher escassas dezenas de expostos por ano, a maior parte das vezes sem edificio próprio.

Considero o *Ospedale degli Innocenti* de Florença como o primeiro hospital de expostos moderno: tinha um edificio próprio, monumental, cujo projecto foi confiado ao mais importante arquitecto da cidade, Filippo Brunelleschi. Difere do Hospital do Espírito Santo di Saxia e de outros semelhantes porquanto se constituiu exclusivamente como uma instituição dedicada a crianças abandonadas com instalações próprias e não como uma mera secção de um hospital de funções polivalentes. Dito de outra forma, o Hospital dos Inocentes de Florença possui desde o seu início uma identidade formulada nos termos estritos do abandono e criação de expostos, assente em critérios de exclusividade. Fundado por iniciativa conjunta da corporação da seda e do governo comunal, o hospital foi objecto de um verdadeiro culto cívico porque representava o governo republicano e o seu empenhamento na criação dos futuros cidadãos. Fundado em 1410, abriu em 1445, e admitia uma média de 130 crianças por ano já nos meados do século XV (período entre 1451 e 1466)⁽¹⁰⁾. Mesmo nessa época da história da cidade, o abandono institucionalizado de crianças era o produto de outro fenómeno: a construção do Estado moderno. A intenção política subjacente à criação de expostos era o aproveitamento para o estado do potencial demográfico que estas crianças representavam. No caso de Florença, cidade do fabrico da lã e da seda, as intenções que

⁽⁷⁾ Tilly, Louise A.; Fuchs, Rachel G.; Kertzer, David I.; Ransel, David L., “Child Abandonment in European History: a Symposium”, *Journal of Family History*, vol. 17, 1992, pp. 19-20.

⁽⁸⁾ Boswell, John, “Expositio and Oblatio: The Abandonment of Children and the Ancient and Medieval Family”, *American Historical Review*, vol. 89, 1984, pp. 10-33.

⁽⁹⁾ Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças cit.*, p. 67.

⁽¹⁰⁾ Gavitt, Philipp, “Child values and family resources: The case of the Ospedale degli Innocenti in Renaissance Florence”, comunicação apresentada na *Tenth International Economic History Conference*, Lovaina, 1990, Sessão C40 (policopiado).

presidiavam à criação do hospital eram por um lado demonstrar a benevolência paternal do governo da república, e por outro produzir futuros artesãos, que integrariam mais tarde a mão-de-obra da cidade⁽¹¹⁾. Foi essa intenção política, que adquiriu outros matizes no resto da Europa até finais do Iluminismo, acompanhando de perto as diferentes configurações dos processos de construção do Estado, que permitiu que o abandono de crianças se tornasse num fenómeno de massas. Existia paralelamente uma razão religiosa, que consistia no facto de se acreditar que as crianças mortas sem baptismo, um risco que as crianças abandonadas muitas vezes corriam, iam para o limbo. De certa forma aceitava-se que morressem (estamos numa época em que a mortalidade infantil normal era igual ou superior a 250 por mil), mas não que lhes fosse negada a graça do baptismo.

A partir de finais do século XV, forma-se esta figura do hospital de meninos expostos, que se estende a toda a Europa; a Reforma e Contra-Reforma, ao complicarem o mapa religioso da Europa Ocidental, diversificaram também o fenómeno do abandono. O grande hospital de expostos, situado numa cidade e absorvendo as crianças abandonadas das zonas rurais vizinhas, é um fenómeno mais católico do que protestante. Para os protestantes, não era fundamental baptizar as crianças em risco de vida: as parteiras, por exemplo, estavam proibidas de efectuar baptismos de emergência, e isto ao contrário das parteiras católicas, que recebiam instruções expressas no sentido de estarem aptas a baptizar crianças moribundas ou até crianças ainda no ventre da mãe. Tudo isto decorria das transformações que a Reforma provocou nas atitudes perante o baptismo: a ênfase protestante era colocada na purificação da alma da criança e não na aquisição do direito à vida eterna. Para os protestantes, o limbo das crianças tinha deixado de existir⁽¹²⁾. Há outra razão que explica a ausência de um abandono massificado nos países protestantes: a maior parte deles possuía um sistema de financiamento directo da caridade. Ao contrário dos países católicos em que a caridade obtinha os seus fundos sobretudo graças a doações testamentárias que eram multiplicadas através de sistemas de crédito postos a funcionar pelas confrarias e outras instituições, nos países protestantes as pessoas davam esmolas que eram reunidas em arcas comuns. Em algumas unidades políticas protestantes, existia mesmo pagamento organizado de impostos que revertiam a favor dos pobres locais. Estão neste caso a Inglaterra, onde as Poor Laws determinavam que cada circunscrição administrativa tinha a obrigação de suportar os seus próprios pobres. Outras zonas, como os reinos escandinavos, de observância luterana, puseram a funcionar dispositivos semelhantes⁽¹³⁾. Criou-se um sistema em que cada localidade era estritamente responsável pelos seus pobres e portanto cada vez que uma criança era abandonada procurava-se a mãe respectiva, que era obrigada a ficar com ela, para evitar sobrecarregar a localidade com o custo do seu sustento⁽¹⁴⁾. Por outras palavras, o

⁽¹¹⁾ Cf. Gavitt, Philipp, *Charity and Children in Renaissance Florence, The Ospedale degli Innocenti, 1414-1536*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1990.

⁽¹²⁾ Sobre baptismo nos países protestantes veja-se Grell, Ole Peter, "The Protestant imperative of Christian care and neighbourly love", in Ole Peter Grell e Andrew Cunningham (editores), *Health Care and Poor Relief in Protestant Europe 1500-1700*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997, pp. 53-57.

⁽¹³⁾ Jutte, Robert, *Poverty and Deviance in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 124-125.

⁽¹⁴⁾ Fildes, Valerie, "Maternal Feelings Re-assessed: Child Abandonment and Neglect in London and Westminster, 1550-1800", in Fildes, V. (ed.), *Women as Mothers in Pre-Industrial England: Essays in Memory of Dorothy MacLaren*, Londres, Routledge, 1990, pp. 156-7.

tipo de caridade existente nos países protestantes dificultava o abandono anónimo de crianças. Quando aparecia uma criança abandonada numa determinada unidade administrativa, a tendência era para indagar quem eram os pais e, no caso de a criança ser proveniente de uma localidade exterior, devolvê-la à procedência. Por outro lado, havia também, pelo menos em Inglaterra, formas públicas de punir a bastardia, que devem ter tido algum efeito no seu desencorajamento efectivo⁽¹⁵⁾.

Na Europa católica, em contrapartida, temos a obsessão do baptismo dos recém-nascidos (mesmo que fossem nados-mortos) e a adopção de um dispositivo já existente em conventos de clausura para servir para depositar anónimamente as crianças abandonadas: a roda dos expostos. Consistia numa caixa giratória, cilíndrica, com uma única abertura; colocada numa abertura de janela, permitia abandonar a criança sem se ser identificado. Para além de proporcionar um abandono estritamente anónimo, dava azo a outro fenómeno: o transporte de crianças de zonas rurais para as grandes cidades onde eram anonimamente abandonadas. Os contemporâneos justificavam a existência da roda com o horror ao infanticídio, que na sua opinião proliferava quando ela não existia; por outro lado, aplicava-se uma lógica de "segunda oportunidade" à honra da mulher solteira ameaçada por uma gravidez. A roda destinava-se a não lhe quartar hipóteses de acesso ao mercado matrimonial. Kertzer relacionou directamente o Concílio de Trento com o abandono de crianças, ao defender que a Igreja privou os filhos ilegítimos de identidade social, obrigando as mães a abandoná-los e desobrigando os pais dessas crianças de responsabilidades paternais⁽¹⁶⁾. Em resultado deste sistema, com efeitos notoriamente mais permissivos do que os dispositivos vigentes nos países protestantes, o fenómeno do abandono pôde crescer e adaptar-se a usos múltiplos, consoante as dominantes demográficas, sociais e económicas locais. Em algumas cidades, como por exemplo Milão, transformou-se numa forma de possibilitar o trabalho feminino no exterior da casa, ao permitir às mães abandonar temporariamente filhos legítimos⁽¹⁷⁾. Trata-se aqui de um uso diferente daquele para o qual o sistema foi criado -o encobrimento da bastardia- o que atesta a versatilidade com que as populações se podiam apropriar de um sistema que possibilitava uma série de abusos, ao fazer do anonimato a sua característica central. Para além da massificação do abandono e em estreita conexão com esta, o anonimato possibilitou o transporte organizado de crianças das zonas rurais para os centros urbanos de grande e média dimensão. Por exemplo, as crianças chegavam a Paris provenientes de toda a França setentrional, num raio de duzentos quilómetros⁽¹⁸⁾. Na região do Porto, câmaras relativamente afastadas como a de Amarante, chegavam a organizar oficiosamente o transporte dos seus expostos para a Casa da Roda do Porto.

Motivações religiosas, motivações políticas e muito provavelmente alterações profundas no sistema demográfico europeu ocasionaram no século XVIII um crescendo do fenómeno para

⁽¹⁵⁾ King, Walter J., "Punishment for Bastardy in Early Seventeenth-Century England", *Albion*, vol. 10, 1978, n. 2, pp.130-151.

⁽¹⁶⁾ Kertzer, David, "The Wheel of Misfortune: Infant Abandonment and Gender Ideology in Nineteenth-Century Italy", *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XXII, 1991, n. 1, pp. 1-25; *Sacrificed for Honor: Italian Infant Abandonment and the Politics of Reproductive Control*, Boston, Beacon Press, 1993, pp. 16-37.

⁽¹⁷⁾ Hunecke, Volker, *I trovatelli di Milano. Bambini esposti e famiglie espositrici dal XVII al XIX secolo*, Bologna, Il Mulino, 1989.

⁽¹⁸⁾ Cf. Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças cit.*, p. 42, n. 70.

proporções gigantescas que se prolonga por grande parte do século XIX. Vejamos alguns números: cidades como Milão, Veneza, Florença, Sevilha têm todas médias anuais de expostos compreendidas entre quinhentos e mil por ano na segunda metade do século XVIII; Paris atravessa toda esse período com uma média quase sempre superior a cinco mil abandonos anuais⁽¹⁹⁾. A *revolução demográfica* poderá também explicar que alguns países protestantes tenham acedido a fundar hospitais de expostos no século XVIII, embora essas fundações tenham sido precedidas de acesos debates entre detractores e adeptos. Além de tardios, os hospitais de expostos do mundo protestante tiveram duração efêmera; por outro lado, raramente acederam a acolher anónima e indiscriminadamente as crianças, pondo a funcionar dispositivos de triagem e identificação da procedência das crianças⁽²⁰⁾. Não há notícia de que tivesse existido uma *roda* de expostos em qualquer hospital protestante.

Os hospitais de expostos eram muitas vezes edifícios monumentais que testemunhavam o poder político das autoridades locais e por vezes do próprio poder central: muitos deles são hospitais reais, administrados localmente mas com o patrocínio dos monarcas. Mais curiosos ainda são os projectos que acompanharam a criação de muitos desses hospitais: a França sonhou colonizar a Louisiana com as crianças expostas, o Grão-Ducado da Toscana pretendeu usá-las para secar os pântanos da Maremma, Napoleão pretendeu criar uma elite de soldados que formariam a sua própria guarda imperial; a Rússia sonhou criar um Terceiro Estado que lhe faltava. Um ministro influente de Catarina II, Beckoj, autor do projecto do Hospício de Moscovo, imaginava, à maneira das ideias sobre a educação da época, que essas crianças eram objectos ideais de educação porque eram *tabulas rasas* ou cera mole em que nada estava ainda gravado, e portanto objectos ideais de educação⁽²¹⁾. O Hospício de Moscovo chegou inicialmente a gratificar com um pequeno montante em dinheiro as mães que quisessem participar neste projecto megalómano abandonando os seus filhos⁽²²⁾. Evidentemente que todos estes projectos, verdadeiras utopias iluministas, esbarravam com um facto incontornável: em nenhuma das centenas de hospitais existentes na Europa a taxa de sobrevivência foi superior a 300 por mil. Na maior parte dos casos e das épocas, cerca de 70% das crianças abandonadas morreram antes da adolescência⁽²³⁾. Uma mortalidade altíssima, muito superior à das crianças não abandonadas e que deitava por terra a “rentabilização” destes hospitais em termos sociais, económicos ou militares. Uma vez que muito provavelmente os estados não ignoravam esse facto, bem como a extrema dificuldade que teriam em fazer vingar todas as crianças abandonadas até à idade adulta, podemos perguntar hoje em dia se se tratava de um objectivo sério, em que os seus mentores acreditavam verdadeiramente, ou apenas de uma estratégia mais ou menos

⁽¹⁹⁾ Hunecke, Volker, “Intensità e flutuazioni degli abbandoni dal XV al XIX secolo”, *Enfance Abandonné et Société en Europe, XIV^e-XX^e siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 3-26.

⁽²⁰⁾ Ulbricht, Otto, “The debate about Foundling Hospitals in Enlightenment Germany. Infanticide, illegitimacy and infant mortality rates”, *Central European History*, vol. XVIII, 1985, pp. 211-256; Taylor, James Stephen, “Philanthropy and Empire: Jonas Hanway and the Infant Poor of London”, *Eighteenth Century Studies*, vol. 12, 1978-79, pp. 292-3; MacClure, Ruth K., *Coram's Children. The London Foundling Hospital in the Eighteenth Century*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1981, pp. 61-154.

⁽²¹⁾ Berelowitch, Wladimir, “Les hospices des enfants trouvés en Russie (1763-1914)”, *Enfance Abandonné et Société en Europe, XIV^e-XX^e siècle*, Roma, École Française de Rome, 1991, pp. 167-217.

⁽²²⁾ Idem, p. 182.

⁽²³⁾ Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças cit.*, pp. 71-73.

inconsciente para consolidar e legitimar a ideia de Estado Iluminista. Estado que, conforme sublinhavam os juristas da época, exercia o poder paternal sobre essas crianças, na linha directa da *patria potestas* romana. A existência de expostos, crianças ditas “de ninguém” das quais o estado se ocupava como um pai na pessoa do rei, vinha reforçar a ideia da benevolência do soberano, tão cara à ideologia iluminista do poder.

É este portanto o panorama geral do fenómeno que quis traçar, um entre tantos outros, porque procedi a uma série de escolhas que eliminaram aspectos igualmente relevantes em relação àqueles que foquei. Evidentemente que por detrás desta massificação do abandono estavam fenómenos demográficos mais difíceis de explicar como o aumento da fecundidade, o aumento da ilegitimidade ou a diminuição da mortalidade que permitiram o aumento demográfico contínuo que então se registou a nível geral em toda a Europa e cuja progressão declinou apenas no nosso século. Independentemente das condicionantes demográficas do abandono de crianças, importa reter que os estados europeus iluministas tudo fizeram para promover a massificação do abandono institucionalizado. Este continuou com as monarquias constitucionais, que herdaram grande parte das ideias iluministas, até que a partir de meados do século XIX as novas ideologias sobre a família deitaram por terra o sistema do abandono anónimo, ao enfatizarem o lado emocional e sentimental da unidade familiar e sobretudo ao sacralizarem a maternidade.

II Parte – Identidade e Lotaria

E agora, a questão é a seguinte: como é que as pessoas interpretavam este fenómeno, que, pela sua banalidade e amplitude, tocava tudo e todos? Quais foram as marcas que ele deixou na identidade colectiva? Como é que estes homens e mulheres atribuíram significado a um fenómeno que os tocava de perto?

Referir-me-ei aqui estritamente à realidade portuguesa, que conheço obviamente melhor. E penso que será talvez oportuno situar o caso português a nível geral, confrontando-o com o resto da Europa. Em Portugal, antes do aparecimento dos hospitais de expostos no século XVI e XVII (exceptuando algumas raras fundações medievais) os expostos eram confiados pela lei às câmaras municipais, que tinham obrigação de os recolher e fazer criar por amas com fundos concelhios. Com o advento dos hospitais de expostos as câmaras continuaram a maior parte das vezes a ocupar-se das crianças abandonadas, mas nos grandes centros urbanos portugueses tenderam a efectuar contratos com as Misericórdias, através dos quais estas asseguravam os aspectos logísticos da criação de expostos, mediante financiamento da câmara. Este era o esquema administrativo; do ponto de vista numérico, os quantitativos numéricos parecem elevados, a julgar pelo caso do Porto, uma cidade de média dimensão e periférica que apresenta para todo o século XVIII um volume total de cerca de 60 mil expostos, numa população que mal atingiu os 43 mil em 1800⁽²⁴⁾.

Atendendo a que o abandono de uma criança numa roda envolvia uma teia de cumplicidades intra e extra-familiares, para além de toda a máquina administrativa necessária a fazer funcionar o sistema, podemos facilmente imaginar uma sociedade em que poucos se podiam

⁽²⁴⁾ Idem, p. 112.

dar ao luxo de nunca se confrontarem com a realidade do abandono, e é precisamente aí que eu quero chegar. Todos, quer enquanto pais ou parentes próximos de crianças que se abandonavam, enquanto famílias que criavam esses expostos, parteiras, médicos, administradores do poder local, párocos, entre tantos outros, lidavam com um fenómeno que deixava muito pouca gente incólume. Vejamos a quantidade de pessoas que poderiam tomar parte neste sistema, analisando um percurso hipotético mas relativamente banal de um exposto: a mãe que fica grávida (são precisos dois), as pessoas que se envolvem na decisão de abandonar a criança no final do parto (a mãe e o pai da criança, outros familiares e relações); a parteira que o assiste, ou o grupo de mulheres da vizinhança; a pessoa que escreve o bilhete da criança (entre famílias iletradas era necessário recorrer aos serviços de alguém capaz de o fazer); a pessoa que a transporta para a roda; as amas que a recebem; os funcionários que abrem o processo administrativo da criança; as amas que a levam para suas casas retirando-a do hospital. O número de amas de leite por exposto pode oscilar entre apenas uma e seis ou sete nos casos extremos, sendo em média de três a quatro. Essas amas têm geralmente um marido que está interessado no salário delas e o vem muitas vezes receber ao hospital; têm outros filhos; pedem ao pároco que ateste a sua capacidade moral para criar o exposto. Juntamos-lhe agora as pessoas interessadas em ficar com o exposto terminada a criação, quer sejam donos de fábricas, lavradores sem filhos, famílias em busca de servidores domésticos ou a própria ama da criança. Estamos muito longe aqui do moderno conceito de adopção, pelo que tenho de me abster de chamar adopções a estes actos, pouco formalizados do ponto de vista jurídico e diferentes da moderna adopção sobretudo devido ao facto de serem reversíveis. Temos assim uma quantidade apreciável de pessoas directa e indirectamente envolvidas, que residem em diferentes áreas geográficas, fazem parte de núcleos familiares diferentes, e têm níveis sociais e culturais também forçosamente diversificados.

A roda era o instrumento de abandono utilizado em Portugal e a sua abolição a partir da década de sessenta do século XIX marca a transformação do sistema de abandono para um sistema de lactações subsidiadas, em que a mãe concorre a um aleitamento subsidiado da criança. Nalguns casos pode ser ela própria a amamentá-lo mediante pagamento, desde que comprove a sua pobreza. Este sistema acabaria com a principal característica do sistema anterior - o anonimato - uma vez que um ou ambos os pais das crianças tinham de se identificar. No entanto, muito curiosamente, em Portugal há expostos no verdadeiro sentido do termo até ao final dos anos trinta do nosso século, agora abandonados não nas rodas mas novamente em locais públicos⁽²⁵⁾. Teses de mestrado recentes que abarcam a primeira metade do século XX, têm encontrado estas crianças, num máximo de 10 por ano, nos registos das câmaras municipais do Alto e Baixo Minho⁽²⁶⁾. Trata-se portanto de uma realidade que tinha forçosamente de deixar marcas profundas na sociedade portuguesa. Quando a Misericórdia de Lisboa exibiu parte da sua colecção de sinais de expostos, os funcionários eram frequentemente inquiridos pelos visitantes sobre parentes que tinham

⁽²⁵⁾ O abandono esporádico de crianças continua a verificar-se nos nossos dias, embora seja rara a exposição em locais públicos, conforme o testemunha a 2ª *Série de Entradas e Baptismos* deste inventário, que se estende até 1992.

⁽²⁶⁾ Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima-Centro de Estudos Regionais, 1996, p. 105; Carvalho, Maria Elvira F. C. Teixeira de, *A Câmara de Braga e os pobres, 1900-1945*, tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1998, pp. 131-151.

sido abandonados na *roda*⁽²⁷⁾. Eu própria, nos anos em que frequentei o arquivo da Casa da Roda do Porto, fui confrontada com pedidos do género e tive algumas conversas com amigos e conhecidos que me falavam de avós expostos na roda. A nível geral, a ideia que algumas pessoas veicularam era a de que grande parte desses expostos eram filhos de nobres: ideia mítica, que as fontes históricas desmentem. Para além de alguns raros casos em que suspeitamos de facto essa origem, os hospitais de expostos eram para gente pobre abandonar os seus filhos, ilegítimos ou não; eram pobres as amas que se ofereciam para os criar mediante um salário; eram ainda pobres as pessoas que ficavam com eles depois de terminada a criação aos sete anos, com excepção de alguns burgueses ricos que os levavam para casa com a intenção provável de os incorporarem na criadagem. No caso de Lisboa, os títulos das séries documentais são explícitos acerca das saídas profissionais para raparigas expostas: “termos de criados” e “expostas maiores dadas a servir”⁽²⁸⁾. Portanto, esta ideia do berço de ouro convertido em canastra de palha na sala húmida e repleta de crianças do hospital não tem fundamento histórico. É evidente que alguns dos expostos na Roda poderiam ter origem nobre, mas seriam a excepção. Fica no entanto a necessidade de conferir dignidade a um fenómeno que devemos tomar por aquilo que efectivamente foi: a consequência da falta de tecnologias contraceptivas que permitissem controlar o número de filhos; o resultado de uma pobreza generalizada; e o produto de um código de honra que tendia a penalizar os filhos havidos fora da união conjugal. Imaginar que os expostos eram filhos bastardos de gente nobre foi uma resposta a um problema que atormentou estas gerações de pessoas, o de saber de quem eram filhos as crianças que se abandonavam.

Chegamos aqui a um problema fulcral, o da identidade. Existem dezenas de mitos baseados no desconhecimento da identidade: muitos heróis e figuras míticas da Antiguidade foram crianças abandonadas. Édipo, que casa com a mãe sem o saber, Moisés lançado nas águas do Nilo, Rómulo e Remo criados por uma loba e depois fundando Roma, são os exemplos mais conhecidos do senso-comum, entre tantos outros casos que se poderiam nomear. Em todas estas histórias os personagens constroem a sua identidade a partir de uma paternidade que desconhecem durante toda a vida ou que virão a conhecer em circunstâncias trágicas, como foi o caso de Édipo. Neste caso, temos outro problema que acabaria também por assombrar a imaginação literária oitocentista: o incesto. Poderemos talvez pensar que a inserção dos expostos no mercado matrimonial seria restringida pelo facto de neles se hipotizar um irmão ou primo abandonado na roda. Se repararmos, é o problema essencial de *Os Maias* de Eça de Queirós, muito embora nem Carlos nem Maria Eduarda fossem expostos. No entanto, há também outro dado que complica o problema: tanto quanto me pude aperceber quando estudei a Roda do Porto, o abandono de crianças, apesar de anónimo, não implicava que se perdesse por completo a informação sobre a identidade dos pais das crianças. Os abandonadores tinham o maior trabalho em tornar as crianças que abandonavam *retrievable*, retraçáveis, isto é, passíveis de serem encontradas através de sinais de reconhecimento que as instituições se encarregavam de registar. O bilhete do exposto, por exemplo, era ao mesmo tempo uma carta e um sinal de reconhecimento, entre outros que iam desde o nome que se pedia para se pôr a uma criança até aos ramos de flores secas, cartas de jogar, contas de rozários, mesmo artigos consumíveis com a função dupla de

⁽²⁷⁾ *Sinais de Expostos* [Catálogo], Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1987.

⁽²⁸⁾ Subsubsecção *Entrega para officio (EO)*, séries 02 e 03, neste inventário.

servirem de identidade e de gratificação, como os pães ou as tijelas de marmelada deixadas juntamente com algumas crianças. Uma burocracia complexa, labiríntica (de que este inventário fornece o exemplo), conservava esses sinais e registava minuciosamente dados pessoais, circunstâncias do abandono, entrega a amas de leite e de seco, entregas a pais, amas, a patrões ou pais mais ou menos adoptivos depois de finda a criação. Os livros de registo traduziam a circulação das crianças em diversas famílias e desta forma podia-se seguir o seu destino em vários livros de tipos diferentes (registos de abandono, matrículas, entregas a amas, entregas a pais, etc). Todo este movimento dizia respeito, nos grandes hospitais de Lisboa e Porto, a milhares de crianças e milhares de famílias de amas ao mesmo tempo: para além das centenas de crianças que entravam de novo por mês, havia a considerar as dos anos anteriores uma vez que a sua criação se prolongava no mínimo por sete anos. Destas crianças, apenas uma pequeníssima parte residia no hospital, e geralmente a título provisório: a regra era serem entregues a amas. Para termos uma estimativa da amplitude numérica e geográfica do recrutamento de amas basta referir que o território de recrutamento de amas de Lisboa atravessava cinco comarcas diferentes⁽²⁹⁾. Para encontrar uma criança no labirinto de registos, era apenas necessária uma *chave* (sob a forma de uma cópia do bilhete ou a metade de um sinal, ou simplesmente reproduzindo informação coincidente com o registo de entrada).

Para além da identificabilidade virtual de praticamente todos os expostos, sabemos que aquilo a que se chama hoje corrupção - não estou tão certa se podemos aplicar retrospectivamente o termo - era um facto nos hospitais de expostos: parteiras, pais, funcionários da roda, amas de expostos traficavam informações sobre a identidade e paradeiro de muitas dessas crianças. Muitos pais seguiam de facto a criação destas crianças e a sua origem familiar era portanto conhecida, senão oficialmente (isto é administrativamente), pelo menos de algumas pessoas relacionadas com a criança abandonada. Daí que o perigo de entroncar involuntariamente parentescos muito próximos fosse mais reduzido do que pode parecer à primeira vista e portanto o medo do incesto parece-me um efeito menor do abandono de massas. Não me parece que uma criança abandonada ou um adulto que tivesse sido exposto suscitasse regra geral o medo do incesto. Evidentemente que a paternidade desconhecida dos expostos abria o apetite à imaginação de escritores e literatos, mas sempre numa lógica de redenção: a maior parte das novelas concluem pela origem nobre e pelo tal berço de ouro do exposto que resgata a infância difícil e miserável dos personagens. É assim em *Sans Famille* de Hector Malot⁽³⁰⁾, um clássico internacional da literatura juvenil e em obras nacionais como o *Selo da Roda* de Pedro Ivo⁽³¹⁾, um romance publicado em 1876, cuja acção decorre no Porto, a primeira cidade a abolir a Roda em Portugal. O romance fez furor e chegou a ser levado à cena adaptado a peça teatral. Nesse romance, por exemplo, a criança exposta, do sexo feminino, era o resultado de amores proibidos entre membros de duas ricas e brasonadas famílias do Douro, uma liberal e outra miguelista. No entanto, a leitura de obras deste género deixa a suspeita de que se trata de literatura côr-de-rosa, que as pessoas consomem de bom grado não porque

⁽²⁹⁾ Comarcas de Alenquer e Ourém, Leiria, Lisboa, Santarém e Torres Vedras. Cf. neste inventário, *Subsubsecção Criação de Leite (CL), série 02 - Criação de Leite - por comarcas*.

⁽³⁰⁾ Malot, Hector, *Sem família*, Lisboa, Bertrand, 2ª ed., s.d. [1878].

⁽³¹⁾ Ivo, Pedro, *O Selo da Roda*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1984.

desconhecem a realidade, mas precisamente porque a conhecem e a desejam reinventar. Poucas pessoas acreditariam realmente que todos os expostos fossem filhos de amores proibidos entre gente rica. Para Camilo, um autor mais sofisticado que qualquer um dos anteriores, a ilegitimidade era o resultado de atracção sexual e como tal podia misturar potencialmente níveis sociais diversificados. No entanto, são os autores de segunda linha os que me interessam agora, precisamente porque são acessíveis a camadas culturalmente menos complexas⁽³²⁾.

Que reflexões suscitava então a presença dos expostos, ou que medos colectivos vinham ao de cima quando se pensava neles? Há anos, e durante o tempo em que trabalhava sobre este tema, deparei com um folheto de cordel, publicado em Lisboa em 1837, a que na altura não liguei importância. Intitulava-se *Os enfeitados da Fortuna expostos na Roda do Tempo, obra moral e muito divertida* por José Daniel Rodrigues da Costa⁽³³⁾. Trata-se de uma obra em seis folhetos e cujo sucesso parece estar na origem de outros dois, publicados na sequência da primeira série. Na altura o texto serviu-me de pouco: cada folheto era composto por vários textos certamente sem ligações entre eles - uma série de casos de crítica social em prosa seguidos de uns poemas, finalizando com umas charadas e adivinhas, também em verso. Sobre expostos no sentido literal do termo, nem uma palavra, o que fez com que há dez anos atrás tivesse descartado a obra lendo-lhe apenas as primeiras páginas. Agora, lida um pouco melhor, a associação que o autor fazia entre a sociedade em que vivia e expostos tornou-se evidente. O autor menciona casos atrás de casos em que a sorte de algumas pessoas muda, quase sempre para pior. Novos-ricos, esbanjadores, adutores, más-línguas, etc, toda uma galeria de tipos e situações sociais que o autor situou em Lisboa e que provavelmente corresponderam a boatos que circularam na cidade nesses anos, partilhados pela maledicência urbana. Há de tudo: homens que casam com mulheres mais velhas, membros de confrarias e ordens terceiras obcecados com a sua ascensão social, jogadores inveterados, alcoólicos, pais permissivos, etc... Este autor, de fraco talento, atribuía a mudança da boa sorte dos seus personagens aos vícios, e aí residia a moral que o autor prometia no título dos seus folhetos. Os seus enfeitados da fortuna eram esses - aqueles que a sorte deixava de bafejar, expostos na roda do tempo. A sua vida era reduzida a um jogo de lotaria: a roda do tempo não pára e a sorte tudo decide. Hoje rico e respeitado, amanhã pobre e desprezado. E é precisamente aos hospitais de expostos que devemos a invenção das modernas lotarias, um facto que hoje a maior parte das pessoas ignora. Não é certamente um acaso que seja a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a gerir as lotarias nos nossos dias. A primeira lotaria foi criada oficialmente em 1783 e destinava-se a acudir as "urgentes necessidades" dos Hospitais Reais de Expostos e dos Enfermos⁽³⁴⁾. No entanto, a Gazeta de

⁽³²⁾ Camilo Castelo Branco oferece indubitavelmente maior complexidade de análise: este autor caracteriza-se pela ambivalência face à sexualidade feminina (as suas mulheres dividem-se entre as castas e as fatais); a família nos seus romances raramente é vista como um refúgio e as personagens femininas são frequentemente histericizadas. Cf. novelas *A Enfeitada* [1866], "Maria Moisés" in *Novelas do Minho* [1876]. Agradeço a Helena Machado o ter chamado a atenção para estes e outros aspectos em *Amores ilegítimos e enfeitados em Camilo Castelo Branco*, trabalho de mestrado, 1995 (policopiado).

⁽³³⁾ Costa, José Daniel Rodrigues da, *Os enfeitados da Fortuna expostos na Roda do Tempo, obra moral e muito divertida*, Lisboa, Impressão de João Nunes Esteves, 1837.

⁽³⁴⁾ Ribeiro, Victor, *As lotarias da Misericórdia e a Academia das Ciências de Lisboa*, separata do "Boletim da Segunda Classe", vol. VII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914, pp. 3-31.

Lisboa noticiava já em 1721 a realização de uma lotaria cujas receitas reverteriam a favor de expostos⁽³⁵⁾. Em Paris, existiu em finais do século XVIII a *Loterie des Enfants Trouvés* e o *Ospedale degli Innocenti* de Florença conserva ainda hoje no seu pequeno museu as urnas giratórias que serviam para depositar e fazer a extracção dos bilhetes de lotaria. Lotaria e expostos parecem assim estreitamente associados, pelo menos quando as lotarias dão os primeiros passos. Era normal na Misericórdia de Lisboa utilizar também as crianças expostas na própria extracção da lotaria: as crianças, enquanto criaturas inocentes, eram as personagens ideais para personificar o acaso e a ausência de intenção de favorecimento na remoção dos bilhetes premiados⁽³⁶⁾. Mais tarde os fins das lotarias diversificam-se e elas passam a reverter para um sem número de instituições e causas sociais. Evidentemente que por detrás das lotarias estava a necessidade de legitimar o jogo de azar, fazendo reverter os seus lucros para actividades socialmente aceites, como as relacionadas com a assistência pública; havia também uma necessidade efectiva de socorrer os expostos. Em número sempre crescente, as crianças abandonadas ficavam cada vez mais caras ao erário público e eram sempre necessários reforços de verba. Mas havia ainda outra razão que fazia associar expostos e lotarias: a ideia que muitos contemporâneos devem ter partilhado, a de que a sobrevivência das crianças abandonadas se devia a um acaso feliz, ao desfecho de um jogo de roleta. Vida ou morte, pobreza ou riqueza, eis a lotaria implícita no decurso da vida dos expostos e transposta para a vida de todos. Assim se explica a presença de tantos objectos relacionados com o jogo entre os sinais de expostos: metades de bilhetes de lotaria, dados e cartas de jogar⁽³⁷⁾. Evidentemente que estamos numa época em que a sobrevivência de uma criança até à idade adulta era ainda minada pela elevada mortalidade infantil e juvenil - não nos podemos esquecer que o aleitamento artificial só se torna viável por alturas da Primeira Guerra Mundial, com a difusão do *biberon* e da informação sobre a importância da esterilização⁽³⁸⁾. A vida de um exposto corria mais perigos do que a das outras crianças: feto que podia eventualmente ser mal tratado durante a gravidez, e era seguramente um recém-nascido geralmente dependente do leite de uma sucessão de mulheres diferentes, nem sempre de boa qualidade. A complicar este cenário, muitas destas crianças efectuavam longas viagens para a *roda* em que eram expostas, e, depois de permanecerem no hospital vários dias ou até semanas, voltavam outra vez a viajar, desta vez da cidade para as zonas rurais onde a maior parte das amas viviam. Os riscos que corriam eram variados, desde a alimentação deficiente, aos riscos de contágio de doenças pelo contacto ou com amas ou crianças infectadas, às viagens realizadas em condições precárias, até à negligência e maus tratos por parte das pessoas que os tinham a cargo. A enorme quantidade de crianças criava um mercado desequilibrado de amas: havia falta crónica de amas, mas as crianças, em contrapartida, eram facilmente substituíveis. Os riscos que a condição de exposto implicava para uma criança, criavam uma necessidade acrescida de protecção sobrenatural. Daí que entre os sinais deixados com as crianças, a grande maioria fosse constituída por talismãs, quer católicos (bentinhos, verónicas, rosários, breves, santinhos, cruces etc), judaicos

⁽³⁵⁾ Ribeiro, Victor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Subsídios para a sua história 1498-1898*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902, p. 368.

⁽³⁶⁾ Cf. séries *Termos de vestir* e *Expostos dados a officio*.

⁽³⁷⁾ Neste inventário, subsecção *Entrada e Baptismo dos Expostos (EB)*, série 08 - *Sinais de Entrada (1790-1926)*.

⁽³⁸⁾ Sobre estas questões cf. Sussman, George D., "The end of the wet-nursing business in France, 1874-1914", *Journal of Family History*, vol. 2, 1977, n. 3, pp. 237-58.

(estrelas de seis pontas) ou profanos (figas e outros amuletos, moedas, *signos-salomão*, etc)⁽³⁹⁾. A ideia de que as crianças ficavam entregues aos desígnios de Deus e da sorte é por demais evidente. O que tornava a precaridade das suas vidas menos inaceitável era a constatação de que a vida de cada um, mesmo adulto, estava sujeita aos mesmos imprevistos e azares. O caso dos expostos servia assim de metáfora para explicar a vida de todos. O nosso autor portanto fazia uma associação de ideias que provavelmente andaria na cabeça de muitos: daí que não precisasse de explicar muito, como de facto não fez, a associação que fazia entre as vicissitudes de alguns peraltas lisboetas e a vida dos expostos.

É também essa ideia de roleta ou lotaria que uma obra literária recente sobre o tema, a *Ronda dos Meninos Expostos* de Vasco Graça Moura⁽⁴⁰⁾ transmite de outra forma: entre tantas crianças, sai a sorte grande, e é mesmo o Menino Jesus que se expõe na Roda numa noite de Dezembro. Este exposto especial é ao mesmo tempo ele próprio e todas as crianças, abandonadas ou não. Mas ninguém repara e a vida continua com rituais transformados em rotinas: o secretário, responsável pela escrituração das entradas de expostos na *roda*, sai indiferente para a missa do galo. O autor intuiu um aspecto que está subjacente à sua narrativa: a comodificação que o sistema do abandono criava, transformando as crianças em bens de consumo, tão sujeitas a descrição e a classificação como as que hoje aparecem catalogadas pelas agências de adopção na Internet. É esse labirinto de pequenas vidas, postas a circular entre várias casas e diversas pessoas, quase sempre destinadas a morrer cedo, que o inventário do fundo dos expostos que agora se apresenta permite estudar. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa está de parabéns: por conservar um espólio completíssimo sobre expostos e agilizar a sua investigação através da publicação de um inventário. Fica o convite: existe uma razão a menos para que os expostos da cidade de Lisboa não sejam objecto dos estudos que merecem.

⁽³⁹⁾ Neste inventário, subsecção *Entrada e Baptismo dos Expostos (EB)*, série 08 - *Sinais de Entrada(1790-1926)*. Sobre *signos-salomão* cf. glossário incluído neste inventário.

⁽⁴⁰⁾ Moura, Vasco Graça, *Ronda dos Meninos Expostos. Auto Breve de Natal*, Lisboa, Quetzal, 1987.